

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	10
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	21

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	60
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	62

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.058.767
Preferenciais	0
Total	1.058.767
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	2.127.113	2.287.348
1.01	Ativo Circulante	710.643	836.130
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	31.143	24.029
1.01.02	Aplicações Financeiras	268.673	427.006
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	268.673	427.006
1.01.03	Contas a Receber	183.178	176.253
1.01.03.01	Clientes	183.178	176.253
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	183.178	176.253
1.01.04	Estoques	4.143	3.855
1.01.06	Tributos a Recuperar	122.477	95.378
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	122.477	95.378
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	101.029	109.609
1.01.08.03	Outros	101.029	109.609
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	18.482	31.615
1.01.08.03.05	Ativos financeiros setoriais	791	5.878
1.01.08.03.06	Outros créditos	81.756	72.116
1.02	Ativo Não Circulante	1.416.470	1.451.218
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	425.017	501.787
1.02.01.04	Contas a Receber	15.178	14.898
1.02.01.04.01	Consumidores e Concessionárias	15.178	14.898
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	409.839	486.889
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	203.818	240.071
1.02.01.10.05	Cauções e depósitos vinculados	3.777	5.194
1.02.01.10.06	Ativo financeiro indenizável da concessão	195.497	187.757
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	3.073	39.101
1.02.01.10.08	Ativos financeiros setoriais	229	10.947
1.02.01.10.09	Outros créditos	3.445	3.819
1.02.02	Investimentos	2.561	2.466
1.02.02.01	Participações Societárias	2.561	2.466
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	2.561	2.466
1.02.03	Imobilizado	15.148	15.396
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.148	15.396
1.02.04	Intangível	973.744	931.569
1.02.04.01	Intangíveis	973.744	931.569
1.02.04.01.02	Intangíveis	877.733	878.021
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infraestrutura em Construção	96.011	53.548

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	2.127.113	2.287.348
2.01	Passivo Circulante	557.920	598.201
2.01.02	Fornecedores	127.378	119.714
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	127.378	119.714
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	245.924	277.377
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	208.901	219.839
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	59.145	58.164
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	149.756	161.675
2.01.04.02	Debêntures	37.023	57.538
2.01.05	Outras Obrigações	184.618	201.110
2.01.05.02	Outros	184.618	201.110
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	6.477	11.367
2.01.05.02.07	Benefícios pós-emprego	2.093	2.093
2.01.05.02.08	Obrigações estimadas	8.547	7.759
2.01.05.02.09	Impostos e contribuições sociais	33.195	26.888
2.01.05.02.10	Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	49.925	33.247
2.01.05.02.11	Passivos financeiros setoriais	30.490	54.532
2.01.05.02.12	Contribuição de iluminação pública	5.112	3.625
2.01.05.02.13	Encargos setoriais	17.041	15.886
2.01.05.02.14	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	9.964	15.896
2.01.05.02.15	Arrendamentos operacionais	1.248	1.125
2.01.05.02.16	Outros passivos	20.526	28.692
2.02	Passivo Não Circulante	1.172.874	1.315.431
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	965.544	1.087.096
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	273.120	402.985
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	167.951	168.664
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	105.169	234.321
2.02.01.02	Debêntures	692.424	684.111
2.02.02	Outras Obrigações	192.779	198.508
2.02.02.02	Outros	192.779	198.508
2.02.02.02.03	Fornecedores	3.812	3.860
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições sociais	1.103	958
2.02.02.02.07	Benefícios pós-emprego	13.995	13.471
2.02.02.02.09	Passivos financeiros setoriais	1.234	1.644
2.02.02.02.10	Encargos setoriais	6.501	6.255
2.02.02.02.11	Arrendamentos operacionais	3.505	3.714
2.02.02.02.13	Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	133.885	145.928
2.02.02.02.14	Outras contas a pagar	28.744	22.678
2.02.03	Tributos Diferidos	12.374	27.646
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.374	27.646
2.02.04	Provisões	2.177	2.181
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.177	2.181
2.03	Patrimônio Líquido	396.319	373.716
2.03.01	Capital Social Realizado	312.022	312.022

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.03.02	Reservas de Capital	9.971	9.710
2.03.02.08	Reservas de capital	9.971	9.710
2.03.04	Reservas de Lucros	52.192	52.192
2.03.04.01	Reserva Legal	19.293	19.293
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	32.899	32.899
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	22.342	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-208	-208

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	340.877	319.155
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-257.628	-240.330
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-120.920	-124.063
3.02.02	Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-47.068	-47.965
3.02.03	Pessoal e administradores	-14.604	-13.213
3.02.04	Benefícios pós-emprego	-872	-639
3.02.05	Material	-2.387	-2.751
3.02.06	Serviços de terceiros	-8.522	-6.069
3.02.07	Amortização e depreciação	-14.860	-13.520
3.02.09	Custo de construção	-45.387	-29.015
3.02.10	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-953	-1.533
3.02.12	Outros	-2.055	-1.562
3.03	Resultado Bruto	83.249	78.825
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.418	-27.928
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.565	-23.484
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-6.982	-5.903
3.04.02.02	Benefícios pós-emprego	-250	121
3.04.02.03	Material	-911	-998
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-10.573	-11.566
3.04.02.05	Amortização e depreciação	-2.635	-2.465
3.04.02.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	412	-302
3.04.02.07	Outras	-2.626	-2.371
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	722	384
3.04.04.01	Outras receitas	722	384
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.575	-4.828
3.04.05.01	Outras despesas	-1.575	-4.828
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	58.831	50.897
3.06	Resultado Financeiro	-26.295	-21.361
3.06.01	Receitas Financeiras	20.920	15.400
3.06.01.01	Receita de aplicações financeiras	9.427	5.155
3.06.01.02	Acréscimo moratória de energia vendida	4.008	4.041
3.06.01.04	Atualização financeira de ativos setoriais	35	1.359
3.06.01.05	Tributos s/ receita financeira	-1.020	-751
3.06.01.06	Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do PIS e COFINS	3.470	4.232
3.06.01.07	Outras receitas financeiras	5.000	1.364
3.06.02	Despesas Financeiras	-47.215	-36.761
3.06.02.01	Encargos de dívida - juros	-25.858	-17.962
3.06.02.02	Variação monetária/ cambial da dívida	14.656	-14.634
3.06.02.03	(-) Transferência para ordens em curso	685	484
3.06.02.04	Ajuste a valor presente	-244	193
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	4.527	80
3.06.02.06	Marcação a mercado da dívida	-3.940	14

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.06.02.07	Atualização financeira de passivos setoriais	-87	-67
3.06.02.08	Atualização P&D e PEE	-169	-192
3.06.02.09	Atualizações de contingências	-18	10
3.06.02.10	Despesas bancárias	-529	-803
3.06.02.11	Despesa de aval	0	-2.598
3.06.02.13	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	-31.083	3.904
3.06.02.14	Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do PIS e COFINS	-4.796	-4.458
3.06.02.15	Outras despesas financeiras	-359	-732
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	32.536	29.536
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.194	-9.818
3.08.01	Corrente	-25.466	-3.355
3.08.02	Diferido	15.272	-6.463
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.342	19.718
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.342	19.718
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	21,1	18,62
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	21,1	18,62

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	22.342	19.718
4.03	Resultado Abrangente do Período	22.342	19.718

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	49.554	63.440
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	83.067	72.842
6.01.01.01	Lucro líquido do período	22.342	19.718
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social	10.194	9.818
6.01.01.03	(Receitas) Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	5.818	27.101
6.01.01.04	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	953	1.533
6.01.01.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-412	302
6.01.01.06	Amortização e depreciação	17.495	15.985
6.01.01.07	Perda (Ganho) na alienação de bens do imobilizado e do intangível	-256	4.140
6.01.01.09	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	31.083	-3.904
6.01.01.10	Marcação a mercado derivativos	-4.527	-80
6.01.01.11	Marcação a mercado da dívida	3.940	-14
6.01.01.12	Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-3.824	-1.662
6.01.01.13	Programa de remuneração variável - ILP	261	-95
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-33.513	-9.402
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-8.402	-17.847
6.01.02.04	(Aumento) diminuição de estoques	-288	139
6.01.02.05	(Aumento) de tributos a recuperar	-1.094	-847
6.01.02.06	Diminuição (aumento) de cauções, depósitos vinculados e judiciais	1.417	710
6.01.02.09	(Aumento) de outros créditos a receber	-9.957	3.239
6.01.02.10	(Diminuição) de fornecedores	-6.024	-11.925
6.01.02.11	Aumento de impostos e contribuições sociais	16.361	16.146
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-18.425	-4.966
6.01.02.13	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos (restituídos)	390	-593
6.01.02.14	Aumento (diminuição) de obrigações estimadas	788	-416
6.01.02.15	Aumento de encargos do consumidor a recolher	1.631	1.801
6.01.02.16	(Diminuição) aumento de passivos financeiros setoriais	-8.699	1.149
6.01.02.17	(Diminuição) aumento de outras contas a pagar	-1.211	4.008
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	118.898	-45.152
6.02.02	Aplicações no intangível e imobilizado	-49.584	-28.063
6.02.04	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	167.760	-17.439
6.02.06	Alienação de bens do imobilizado e intangível	722	350
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-161.338	-28.407
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos	0	100.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	-147.363	-92.054
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	-25.545	-19.186
6.03.05	Recebimento (Pagamento) por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	13.712	-16.488
6.03.08	Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	-2.142	-679

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.114	-10.119
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	24.029	41.806
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	31.143	31.687

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	312.022	9.710	52.192	0	-208	373.716
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	312.022	9.710	52.192	0	-208	373.716
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	261	0	0	0	261
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	261	0	0	0	261
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.342	0	22.342
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.342	0	22.342
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	312.022	9.971	52.192	22.342	-208	396.319

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	312.022	9.532	54.256	0	-8.862	366.948
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	312.022	9.532	54.256	0	-8.862	366.948
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-95	-38.932	0	0	-39.027
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	-95	0	0	0	-95
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-38.932	0	0	-38.932
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.718	0	19.718
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.718	0	19.718
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	312.022	9.437	15.324	19.718	-8.862	347.639

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	499.189	475.818
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	453.348	447.468
7.01.02	Outras Receitas	722	384
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	46.072	29.499
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-953	-1.533
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-258.010	-247.857
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-184.901	-189.155
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.867	-21.738
7.02.04	Outros	-50.242	-36.964
7.03	Valor Adicionado Bruto	241.179	227.961
7.04	Retenções	-17.495	-15.985
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.495	-15.985
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	223.684	211.976
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.940	16.151
7.06.02	Receitas Financeiras	21.940	16.151
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	245.624	228.127
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	245.624	228.127
7.08.01	Pessoal	18.914	16.479
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.969	10.199
7.08.01.02	Benefícios	5.831	5.327
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.114	953
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	156.316	154.436
7.08.02.01	Federais	80.323	78.722
7.08.02.02	Estaduais	75.592	75.327
7.08.02.03	Municipais	401	387
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.052	37.494
7.08.03.01	Juros	47.900	37.245
7.08.03.02	Aluguéis	152	249
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	22.342	19.718
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.342	19.718

Comentário do Desempenho

ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A RESULTADOS 1º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 08 de maio de 2025 – A Administração da Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Minas Rio”, “EMR” ou “Companhia”) apresenta resultados do primeiro trimestre (1T25) de 2025. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

(**) Não considera pequenas áreas onde a Cia atende apenas alguns clientes e não o município como um todo, como é o caso do distrito de Barra de São Francisco – MG, Colônia Teixeira Brandão – MG, Vila Joãozinho –MG (7 clientes), Senador Côrtes – MG e Cachoeira de Santa Cruz – MG.

2 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	Trimestre		
	1T25	1T24	Var. %
Indicadores Financeiros – R\$ milhões			
Receita operacional líquida	340,9	319,2	+ 6,8
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	295,5	290,1	+ 1,8
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	123,7	116,5	+ 6,2
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	72,5	65,2	+ 11,2
Resultado financeiro	(26,3)	(21,4)	+ 23,1
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	19,8	18,6	+ 6,4
Indicadores Operacionais Consolidados			
Número de consumidores cativos (mil)	612,2	604,0	+ 1,4
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	379,6	377,1	+ 0,7
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) – (GWh) ⁽⁵⁾	532,8	509,9	+ 4,5
Indicador Relativo			
EBITDA ajustado recorrente /Receita líquida (%)	21,3	20,4	+ 0,8 p.p.
Indicadores financeiros – R\$ milhões			
	31/03/2025	31/12/2024	Var. %
Ativo total	2.127,1	2.287,3	- 7,0
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	299,8	451,0	- 33,5
Patrimônio líquido	396,3	373,7	+ 6,0
Endividamento líquido	916,6	899,1	+ 1,9

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura. | (2) Margem bruta ajustada expurga o efeito do VNR | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR e os demais efeitos não recorrentes. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

Comentário do Desempenho

3 RECEITA OPERACIONAL

No 1T25, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, mostrou aumento de 1,8% (R\$ 5,4 milhões) totalizando R\$ 295,5 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre		
	1T25	1T24	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	341,6	355,3	- 3,9
✓ Residencial	204,0	197,9	+ 3,1
✓ Industrial	14,8	22,2	- 33,3
✓ Comercial	55,5	62,7	- 11,5
✓ Rural	30,2	34,0	- 11,1
✓ Outras classes	37,2	38,6	- 3,8
(+) Suprimento de energia elétrica	5,9	1,7	+ 242,6
(+) Fornecimento não faturado líquido	(1,1)	9,5	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	54,9	44,4	+ 23,7
(+) Receita de construção de infraestrutura	45,4	29,0	+ 56,4
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	2,5	(0,1)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	38,3	28,5	+ 34,4
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	3,8	1,7	+ 130,1
(+) Outras receitas	7,4	6,5	+ 14,9
(=) Receita operacional bruta	498,7	476,5	+ 4,7
(-) Impostos sobre vendas	109,9	109,3	+ 0,6
(-) Encargos setoriais	47,9	48,1	- 0,3
(=) Receita operacional líquida	340,9	319,2	+ 6,8
(-) Receita de construção de infraestrutura	45,4	29,0	+ 56,4
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	295,5	290,1	+ 1,8

3.1 Margem bruta

No 1T25, a margem bruta ajustada foi de R\$ 123,7 milhões, aumento de 6,2% em relação ao 1T24.

Margem bruta Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T25	1T24	Var. %
Receita operacional líquida	340,9	319,2	+ 6,8
(-) Custo de construção de infraestrutura	45,4	29,0	+ 56,4
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	3,8	1,7	+ 130,1
(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção da infraestrutura e VNR)	291,7	288,5	+ 1,1
(-) Custos e despesas não controláveis	168,0	172,0	- 2,3
Energia elétrica comprada para revenda	120,9	124,1	- 2,5
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	47,1	48,0	- 1,9
(=) Margem bruta ajustada	123,7	116,5	+ 6,2

No comparativo entre os trimestres, o aumento da receita líquida e da margem bruta são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

- Na rubrica de receita de energia elétrica, a redução de 3,9%, equivalente a R\$ 13,7 milhões, explicada pelo efeito médio negativo de 4,5% da tarifa, devido ao reajuste negativo de -1,76% de 2024, compensado em parte pelo crescimento do mercado cativo de 0,7%;
- Na linha de disponibilidade do sistema elétrico, o aumento de 23,7%, é motivado pelas migrações do mercado cativo para o mercado livre; e
- Na linha de subvenções vinculadas aos serviços concedidos, o aumento de 34,4% se refere, principalmente ao crescimento nos subsídios tarifários com destaque para o Sistema de Compensação

Comentário do Desempenho

de Energia Elétrica de geração distribuída no montante de R\$ 7,1 milhões e fontes incentivadas no montante de R\$ 3,2 milhões.

3.2 Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 533 GWh, avanço de 4,5% em relação ao mesmo período do ano anterior – maior taxa (ao lado da EPB) entre as 9 empresas do Grupo no 1T25. A alta só não foi maior porque o 1T24, o mercado havia registrado a maior alta em 10 anos (5,9%).

O mercado da distribuidora apresentou crescimento na maioria das classes, em especial a residencial (+7,9%) e a industrial (+4,9%), que juntas direcionaram 88% da alta trimestral. Na indústria, destaque para a produção de produtos têxteis, borracha e plástico, minerais e alimentos. A manutenção de temperaturas elevadas, com 69% dos dias com temperaturas acima da média, e aumento do consumo médio. Já a comercial cresceu de 2,9% influenciada pelo clima, varejistas do setor de alimentos e atividades ligadas à educação e saúde.

A composição do mercado no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre		
	1T25	1T24	Var. %
Residencial	231,9	214,9	+ 7,9
Comercial	56,5	61,5	- 8,1
Industrial	10,1	16,7	- 39,4
Rural	32,5	34,0	- 4,4
Outros	48,6	50,0	- 2,8
1 Mercado Cativo	379,6	377,1	+ 0,7
Residencial	-	-	-
Comercial	22,5	15,3	+ 47,4
Industrial	128,6	115,6	+ 11,3
Rural	0,1	-	-
Outros	2,0	1,9	+ 2,0
2 Mercado (TUSD)	153,2	132,7	+ 15,4
Residencial	231,9	214,9	+ 7,9
Comercial	79,0	76,8	+ 2,9
Industrial	138,7	132,2	+ 4,9
Rural	32,6	34,0	- 4,1
Outros	50,5	51,9	- 2,7
Mercado (1+2)	532,8	509,9	+ 4,5
Fornecimento não Faturado	1,3	3,6	- 64,4
Cativo + TUSD + Fornecimento Não Faturado	534,1	513,4	+ 4,0

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou esse trimestre com 612.183 unidades consumidoras cativas, número 1,4% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 327 consumidores livres, apresentando um crescimento de 57,2%.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado – [clique no link](#)

3.3 Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A EMR encerrou o primeiro trimestre do ano com um índice de perda total de 7,91%, apresentando uma redução de 0,38 pp em comparação ao trimestre anterior e 0,72 pp em relação às perdas registradas no mesmo período do ano passado. As perdas totais permanecem abaixo do referencial regulatório, com uma margem favorável de 2,03 pp.

Comentário do Desempenho

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses								
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)		
mar/24	dez/24	mar/25	mar/24	dez/24	mar/25	mar/24	dez/24	mar/25
8,48	8,44	8,06	0,15	-0,15	-0,15	8,63	8,29	7,91
ANEEL								
9,94								

3.4 Gestão da inadimplência

3.4.1 Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
mar/25	mar/24	Variação em p. p.
0,33	0,29	+ 0,05

3.4.2 Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
mar/25	mar/24	Variação em p. p.
98,55	98,31	+ 0,24

3.5 Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
mar/25	mar/24	Var.(%)	mar/25	mar/24	Var.(%)		
8,05	7,83	+ 2,8	4,34	3,91	+ 11,0	9,96	6,67

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

A ANEEL, por meio do ofício nº44/2022 em 3 de novembro de 2022, definiu que as empresas de distribuição de energia elétrica devem alcançar um mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC entre 2023 e 2026. Para isso, estabeleceu metas anuais para cada concessionária, aumentando gradualmente o percentual mínimo aceitável. A EMR já está cumprindo os percentuais previstos pelo regulador.

Comentário do Desempenho

4 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 236,7 milhões no 1T25, redução de 1,1% (R\$ 2,6 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2024.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T25	1T24	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	168,0	172,0	- 2,3
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	120,9	124,1	- 2,5
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	47,1	48,0	- 1,9
2 Custos e despesas controláveis	50,3	46,8	+ 7,5
2.1 PMSO	49,8	45,0	+ 10,7
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	22,7	19,6	+ 15,7
2.1.2 Material	3,3	3,7	- 12,0
2.1.3 Serviços de terceiros	19,1	17,6	+ 8,3
2.1.4 Outras	4,7	3,9	+ 18,7
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,0	-	-
✓ Outros	4,7	3,9	+ 18,6
2.2 Provisões/Reversões	0,5	1,8	- 70,5
2.2.1 Contingências	(0,4)	0,3	-
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	1,0	1,5	- 37,8
3 Demais receitas/despesas	18,4	20,4	- 10,1
3.1 Amortização e depreciação	17,5	16,0	+ 9,5
3.2 Outras receitas/despesas	0,9	4,4	- 80,8
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	236,7	239,2	- 1,1
Custo de construção de infraestrutura (*)	45,4	29,0	+ 56,4
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	282,0	268,3	+ 5,1

(*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

✓ Despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 22,7 milhões, aumento de 15,7% (R\$ 3,1 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado conforme abaixo:

- (i) + R\$ 1,7 milhões na rubrica de remuneração e encargos, reflexo: (i) + R\$ 0,2 milhão referente ao aumento do quadro de funcionários 1% maior que a média; (ii) + R\$ 1,7 milhão em função dos acordos coletivos e reajustes; e
- (ii) + R\$ 0,5 milhões de despesas com benefícios, com despesas médicas e odontológicas.

✓ Despesas com materiais

No trimestre, as despesas com materiais atingiram R\$ 3,3 milhões, redução de 12,0% (R\$ 0,5 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 0,4 milhão de despesas com manutenção de rede e equipamentos.

✓ Despesas com serviços de terceiros

No trimestre, as despesas com serviços de terceiros atingiram R\$ 19,1 milhões, aumento de 8,3% (R\$ 1,5 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, referente a:

- (i) + R\$ 1,2 milhão em despesas com manutenção corretiva e preventiva, sendo R\$ 0,4 milhão com manutenção corretiva e R\$ 0,8 milhões com inspeção de rede elétrica;
- (ii) + R\$ 0,4 milhão com serviços de proteção à receita e atendimento ao cliente;

Comentário do Desempenho

✓ **Outras despesas**

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 4,7 milhões, aumento de 18,7% (R\$ 0,7 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, referente a:

- (i) + R\$ 0,9 milhão com despesas não recorrentes das celebrações referentes aos 120 anos da Companhia, deduzido na apuração do imposto de renda, conforme previsto na legislação, não gerando impacto negativo no resultado da Companhia;

Provisões/Reversões – Contingências

No trimestre, as provisões para contingências foram de -R\$ 0,4 milhão, redução de R\$ 0,7 milhão, quando comparado com o mesmo trimestre anterior.

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

O PPECLD alcançou R\$ 1,0 milhão, redução de R\$ 0,6 milhão no trimestre. Informações adicionais, recorrer ao item 3.4.1 deste relatório.

Outras receitas/despesas

No trimestre, as outras receitas/despesas atingiram R\$ 0,9 milhão, redução de R\$ 3,6 milhões comparado ao mesmo período do ano passado principalmente em função de maiores receitas na desativação de bens (venda de sucata).

5 LUCRO LÍQUIDO E EBITDA

No trimestre, o lucro líquido totalizou R\$ 22,3 milhões, apresentando um crescimento de R\$ 2,6 milhões (+ 13,3%) em comparação com o mesmo período do ano anterior. Excluindo o impacto do VNR, o lucro líquido ajustado recorrente foi de R\$ 19,8 milhões, registrando um acréscimo de R\$ 1,2 milhão (+ 6,4%) frente ao primeiro trimestre de 2024.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T25	1T24 (*)	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	22,3	19,7	+ 13,3	2,6
Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(2,5)	(1,1)	+ 130,1	(1,4)
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	19,8	18,6	+ 6,4	1,2

(*) Os valores referentes ao 1T24 não consideram o ajuste de Provisão PLR (R\$ 1,6 milhão) uma vez que este efeito é recorrente no 1T25.

O EBITDA do trimestre foi de R\$ 76,3 milhões, apresentando crescimento de 14,1% em comparação com o mesmo período do ano passado. Excluindo o impacto do VNR, o EBITDA ajustado recorrente ficou em R\$ 72,5 milhões, o que representa um aumento de R\$ 7,3 milhões (+ 11,2%) em relação ao trimestre correspondente do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T25	1T24 (*)	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	76,3	66,9	+ 14,1	9,5
Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(3,8)	(1,7)	+ 130,1	(2,2)
(=) EBITDA ajustado recorrente	72,5	65,2	+ 11,2	7,3

(*) Os valores referentes ao 1T24 não consideram o ajuste de Provisão PLR (R\$ 2,5 milhões) uma vez que este efeito é recorrente no 1T25.

Comentário do Desempenho

6 ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 305,8 milhões em março de 2025, frente aos R\$ 437,5 milhões registrados em dezembro de 2024. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)⁽¹⁾, que apresentaram montante de R\$ 6,0 milhões em março de 2025, contra saldo negativo de R\$ 13,5 milhões em dezembro 2024.

Em 31 de março de 2025, a dívida líquida, ajustada pelos créditos setoriais, totalizou R\$ 916,6 milhões, comparada a R\$ 899,1 milhões em dezembro de 2024. O indicador de alavancagem (dívida líquida/EBITDA ajustado) apresentou redução, alcançando 4,0x.

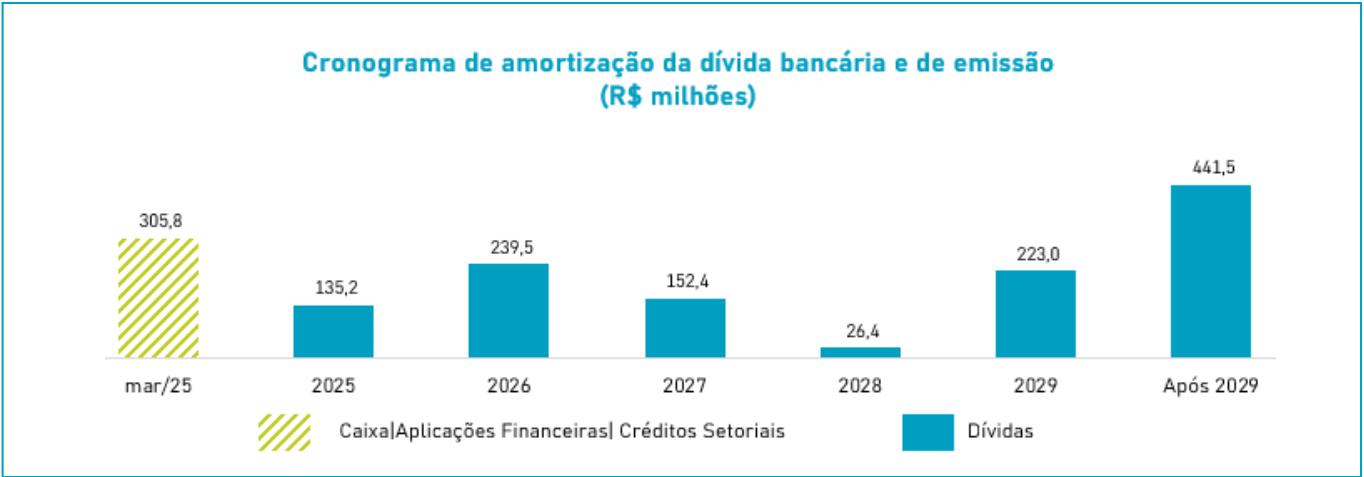
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/03/2025	31/12/2024	30/09/2024
Circulante	246,0	275,1	350,6
Empréstimos e financiamentos	208,9	219,8	289,3
Debêntures	37,0	57,5	56,0
Encargos de dívidas	6,5	11,4	8,6
Benefícios pós-emprego	2,1	2,1	3,5
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(8,5)	(15,7)	(6,8)
Não Circulante	976,5	1.061,5	680,7
Empréstimos e financiamentos	273,1	403,0	279,9
Debêntures	692,4	684,1	392,8
Benefícios pós-emprego	14,0	13,5	24,3
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(3,1)	(39,1)	(16,3)
Total das dívidas	1.222,4	1.336,6	1.031,3
(-) Disponibilidades financeiras	299,8	451,0	208,7
✓ Caixa e equivalentes de caixa	31,1	24,0	36,5
✓ Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	268,7	427,0	172,1
Total das dívidas líquidas	922,6	885,5	822,6
(-) Créditos CDE	36,7	25,8	17,5
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	(30,7)	(39,4)	(55,4)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	916,6	899,1	860,5
Indicador Relativo			
Dívida líquida / EBITDA ajustado covenants 12 meses ⁽²⁾	4,0	4,1	3,2

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado covenants = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

6.2 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de março de 2025, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



Comentário do Desempenho

7 INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T25	1T24	Var. %
Ativo Elétrico	44,1	32,7	+ 34,7
Obrigações Especiais (*)	2,9	1,0	+ 185,4
Ativo não Elétrico	1,1	2,2	- 46,8
Total dos Investimentos	48,2	35,9	+ 34,2

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

8 EVENTOS SUBSEQUENTES

8.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para o mês de abril de 2025 e Bandeira Amarela para o mês de maio de 2025, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A **Notas explicativas às informações financeiras trimestrais para o** **período findo em 31 de março de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “EMR”), é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM desde 17 de dezembro de 1969. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Energisa S.A e possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais. Sua área de concessão abrange 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 2 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 612.826 consumidores.

1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 09 de dezembro de 2015, o quinto termo aditivo ao contrato de concessão, com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015. A Companhia assinou o 6º Termo Aditivo do contrato de concessão da EMR, formalizando o agrupamento das áreas de concessão da ENF e EMG, atualmente denominada EMR.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

- I – Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II – Eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III – Racionalidade operacional e econômica; e
- IV – Modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos Reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, a infraestrutura da concessão, registrado pela Companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, uma vez que sua recuperação se dará pelo fornecimento de energia elétrica na área da concessão e tais ativos serão amortizados pela sua vida útil remanescente, considerando o novo prazo da concessão.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e

Notas Explicativas

confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V – Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII – Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente – Ministério de Minas e Energia – MME.

As informações referentes a reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual – infraestrutura em construção e receita de construção de infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7, 8, 12, 13 e 24, respectivamente.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das políticas contábeis materiais não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.1 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024”), publicadas na imprensa oficial em 22 de março de 2025.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 08 de maio de 2025.

Notas Explicativas

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações que ainda não estão em vigor

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Normas	Descrição
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas informações financeiras trimestrais.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, mas ainda não vigentes, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

3. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas informações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 2 no Estado do Rio de Janeiro, e sua demonstração do resultado reflete essa atividade.

4. Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por operações de caixa.

	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários à vista	31.143	24.029
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	31.143	24.029

Notas Explicativas

4.2. Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2025 equivale a 98,4% do CDI (100,9% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	31/03/2025	31/12/2024
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	4	4
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	3.663	3.828
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.508	8.015
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	161	315
Compromissadas	30.007	77.542
Fundo Multimercado	18.441	19.206
Fundo de Renda Fixa	177.306	210.021
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	44.956
Letra Financeira (LF)	25.383	47.263
Nota de Crédito (NC)	486	1.020
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	8.714	14.836
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽³⁾ - circulante	268.673	427.006

- (1) **Fundos de Investimentos:** inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercados e foram remunerados de -219,1% a 112,1% (81,6% a 316,0% em 31 de dezembro de 2024) do CDI e média ponderada -160,9% (278,8% em 31 de dezembro de 2024) do CDI;
- (2) **Fundos de Investimentos Exclusivos:** foram remunerados a 102,0% (99,3% em 31 de dezembro de 2024) do CDI Fundo Energia Futuro;
- (3) Inclui R\$675 (R\$656 em 31 de dezembro de 2024) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais e conselho do consumidor, conforme segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Bloqueios judiciais credores	18	18
Conselho do consumidor	657	638
Total	675	656

5. Consumidores e concessionárias

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽¹⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		31/03/2025	31/12/2024
Valores correntes:									
Residencial	37.272	-	20.648	1.901	47	167	(2.442)	57.593	54.985
Industrial	7.999	-	1.260	85	62	501	(451)	9.456	9.228
Comercial	12.206	-	2.711	185	40	231	(228)	15.145	14.844
Rural	7.190	-	2.712	401	518	608	(68)	11.361	11.146
Poder público	4.581	-	656	3	-	20	(21)	5.239	4.277
Iluminação pública	4.392	-	103	3	-	-	-	4.498	4.333
Serviço público	3.628	-	34	-	-	-	-	3.662	4.073
Fornecimento não faturado	56.899	-	-	-	-	-	(145)	56.754	57.784
(-) Arrecadação em processo de classificação	(558)	-	-	-	-	-	-	(558)	(610)
Valores renegociados:									
Residencial	872	905	626	258	238	1.571	(2.334)	2.136	2.276
Industrial	246	390	521	1	4	1.401	(1.404)	1.159	1.343

Notas Explicativas

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽¹⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		31/03/2025	31/12/2024
Comercial	1.279	3.110	1.696	40	58	315	(452)	6.046	6.751
Rural	116	287	272	26	48	145	(203)	691	707
Poder público	14	1.602	20	-	-	-	(1)	1.635	1.634
Iluminação pública	9	56	-	-	-	-	-	65	149
Serviço público	78	1.256	-	-	-	-	-	1.334	1.160
(-) Ajuste a valor presente ⁽²⁾	(58)	(2.056)	-	-	-	-	-	(2.114)	(1.896)
Subtotal - consumidores	136.165	5.550	31.259	2.903	1.015	4.959	(7.749)	174.102	172.184
Suprimento de energia ⁽³⁾	10.173	-	-	-	-	6.576	(163)	16.586	11.118
Outros ⁽⁴⁾	2.023	-	-	-	-	5.673	(28)	7.668	7.849
Total	148.361	5.550	31.259	2.903	1.015	17.208	(7.940)	198.356	191.151
Circulante								183.178	176.253
Não circulante								15.178	14.898

(1) Seguem as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	31/03/2025	31/12/2024
Saldo em 31/12/2024 e 31/12/2023 – circulante e não circulante	9.478	8.612
Provisões líquidas constituídas no período ^(*)	953	6.018
Baixa de contas de energia elétrica – incobráveis	(1.186)	(5.152)
Saldo em 31/03/2025 e 31/12/2024 – circulante e não circulante	9.245	9.478
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	7.940	7.925
Outros créditos	1.305	1.553

- (*) O total das provisões de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas no período de R\$953 (R\$6.018 em 31 de dezembro de 2024) considera reversão de R\$50 (R\$517 em 31 de dezembro de 2024) oriundos das operações do FIDC.
- (2) **Ajuste a valor presente (AVP):** calculado para os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de mercado;
- (3) **Suprimento de energia:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE:

Composição do saldo da CCEE	31/03/2025	31/12/2024
Créditos a vencer	10.173	4.705
Créditos vinculados a liminares ^(a)	6.576	6.576
Subtotal créditos CCEE ^(b)	16.749	11.281
(-) Aquisições de energia na CCEE ^(*)	(8.269)	(3.415)
(-) Encargos de Serviços de Sistema – ESS ^(*)	(372)	(1.416)
Total créditos CCEE	8.108	6.450

- (*) Vide nota explicativa nº 16.
- (a) Os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos a alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE) incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Administração acompanha os pleitos realizados e é de seu entendimento que os valores serão integralmente recebidos quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.
- (b) Sobre o montante de R\$16.749 (R\$11.281 em 31 de dezembro de 2024) a Companhia constituiu a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD) no valor de R\$163 (R\$163 em 31 de dezembro de 2024).
- (4) **Outros:** inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.

Notas Explicativas

6. Tributos a recuperar

	31/03/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	23.114	21.463
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ	76.528	76.178
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	26.225	25.080
Contribuições ao PIS e à COFINS	12.296	11.392
Efeitos da redução do ICMS na base de Cálculo do PIS e COFINS ⁽¹⁾	187.513	200.722
Outros	619	614
Total	326.295	335.449
Circulante	122.477	95.378
Não circulante	203.818	240.071

⁽¹⁾ Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$ 208.543 em 2021, oriundos de ações judiciais transitadas em julgado, em 27 de maio de 2019. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, resultando ao longo dos exercícios o valor acumulado de R\$128.518 (R\$125.048 em 31 de dezembro de 2024), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado.

A Companhia ingressou com pedido de compensação em 26 de fevereiro de 2021. Em 12 de abril de 2021, a Receita Federal do Brasil – RFB deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de PIS/Pasep e COFINS, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo estabelecido em Lei. As compensações realizadas foram de R\$149.548 (R\$132.869 em 31 de dezembro de 2024).

7. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

7.1. Reajuste Tarifário Anual

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Em 18 de junho de 2024, através da Resolução Homologatória nº 3.334 e Nota Técnica nº 89/2024, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário da Companhia, e entrou em vigor a partir de 22 de junho de 2024. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de -1,76%.

7.2. Revisão Tarifária Periódica

A Revisão Tarifária Periódica (RTP) ocorre a cada 5 anos e nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

7.3. Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

Notas Explicativas

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela; e
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/kWh REH nº 3.051/ 2022	Atual R\$/kWh REH nº 3.306/ 2024 ⁽¹⁾
Verde	-	-
Amarela	2,99	1,89
Vermelha 1	6,50	4,46
Vermelha 2	9,80	7,88

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 5 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.306, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de abril de 2024.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	31/03/2025	31/12/2024
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde

7.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

O Brasil vivenciou nos últimos anos uma situação de sobrecontratação de energia generalizada, iniciada em 2016, que afetou grande parte das distribuidoras do país. Esse cenário foi influenciado tanto pelas incertezas no crescimento da demanda, decorrentes de fatores econômicos, quanto pelo aumento das migrações de consumidores cativos para o mercado livre e pela expansão da geração distribuída. Adiciona-se a esses fatores um modelo centralizado de contratação de energia, em que a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo e com pouca flexibilidade.

Nesse contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação segue em discussão entre a ANEEL e as Distribuidoras. Os montantes involuntários, necessários para a apuração, foram divulgados pela ANEEL até 2018, por meio do Despacho nº 4.395, de 10 de novembro de 2023.

Dessa forma, os resultados conhecidos já foram homologados nos recentes eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2024) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente.

Os valores reconhecidos no período findo em 31 de março de 2025, contabilizados na atualização financeira credora, foi de R\$123 (R\$95 em 31 de março de 2024).

8. Ativos e passivos financeiros setoriais

Ativos e Passivos financeiros setoriais	31/03/2025			31/12/2024		
	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total
Ativos Financeiros Setoriais						
Circulante	-	791	791	-	5.878	5.878
Não Circulante	-	229	229	-	10.947	10.947
	-	1.020	1.020	-	16.825	16.825
Passivos Financeiros Setoriais						
Circulante	23.828	6.662	30.490	50.303	4.229	54.532

Notas Explicativas

Ativos e Passivos financeiros setoriais	31/03/2025			31/12/2024		
	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total
Não Circulante	-	1.234	1.234	-	1.644	1.644
	23.828	7.896	31.724	50.303	5.873	56.176
Saldo líquido dos ativos e passivos	(23.828)	(6.876)	(30.704)	(50.303)	10.952	(39.351)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2024	Receita Operacional		Remuneração	Recebimentos/ pagamentos		Saldos em 31/03/2025
		Adição	Amortização		Bandeiras tarifárias (1)	Outros (3.1)	
Itens da Parcela A							
Energia elétrica comprada para revenda	27.254	(631)	2.576	297	(460)	-	29.036
Transporte de energia elétrica - Rede básica	5.293	(372)	(1.642)	13	-	-	3.292
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(447)	1.195	235	67	-	-	1.050
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	8.359	2.455	(2.346)	101	-	-	8.569
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(3.090)	3.229	(986)	120	-	-	(727)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	1.987	(654)	(1.187)	(22)	-	-	124
Bandeiras Tarifárias CCRBT (1)	(6.222)	6.222	-	-	-	-	-
Componentes financeiros							
Neutralidade da Parcela A	9.054	(21.791)	1.034	112	-	-	(11.591)
Sobrecontratação de energia	8.281	4.399	(6.181)	(46)	(618)	-	5.835
Devoluções tarifárias (2)	(6.109)	(1.936)	1.393	(87)	-	-	(6.739)
CUSD	2.109	(39)	(1.152)	(3)	-	-	915
Exposição de submercados	(151)	(49)	20	(4)	-	-	(184)
Garantias financeiras	714	101	(124)	16	-	-	707
Saldo a compensar	28	(302)	9	(1)	-	-	(266)
Outros itens financeiros (3)	(86.411)	(15.762)	34.827	(615)	-	7.236	(60.725)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(39.351)	(23.935)	26.476	(52)	(1.078)	7.236	(30.704)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2023	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/ Cofins	Recebimentos/ pagamentos		Saldos em 31/12/2024
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias (1)	Outros (3.1)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(3.038)	25.974	2.322	1.996	-	-	-	27.254
Transporte de energia elétrica - Rede básica	6.925	2.997	(4.779)	150	-	-	-	5.293
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(999)	(911)	1.492	(29)	-	-	-	(447)
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	7.248	11.746	(5.329)	342	-	(5.648)	-	8.359
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.062	(2.720)	(1.139)	(293)	-	-	-	(3.090)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	3.989	1.087	(3.126)	37	-	-	-	1.987
Bandeiras Tarifárias CCRBT (1)	-	(6.222)	-	-	-	-	-	(6.222)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(245)	5.827	3.725	(253)	-	-	-	9.054
Sobrecontratação de energia	38.970	10.464	(36.747)	(63)	-	(4.343)	-	8.281
Devoluções tarifárias (2)	(5.462)	(5.807)	5.300	(140)	-	-	-	(6.109)
CUSD	778	4.484	(3.206)	53	-	-	-	2.109
Exposição de submercados	(43)	(152)	52	(8)	-	-	-	(151)
Garantias financeiras	480	662	(459)	31	-	-	-	714
Saldo a compensar	467	(102)	(334)	(3)	-	-	-	28
Outros itens financeiros (3)	(52.889)	(53.108)	106.089	2.692	(97.144)	-	7.949	(86.411)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(2.757)	(5.781)	63.861	4.512	(97.144)	(9.991)	7.949	(39.351)

(1) **Bandeiras tarifárias CCRBT:** desde janeiro de 2015, o Sistema de Bandeiras Tarifárias foi implementado nas contas de energia para equilibrar os custos de curto prazo na geração de energia. A ANEEL sinaliza mensalmente o acionamento das bandeiras por despacho, e os recursos arrecadados podem ser revertidos total ou parcialmente à CCRBT, conforme despachos mensais da ANEEL.

Notas Explicativas

Os valores recebidos pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no período findo em 31 de março de 2025, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, tem o montante de R\$1.078 (R\$9.991 recebidos em 31 de dezembro de 2024);

- (2) **Devoluções tarifárias:** referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da SELIC. Estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da Companhia;
- (3) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específicos das distribuidoras de energia elétrica, tais como:

Créditos de PIS e COFINS: conforme Lei nº 14.385/2022 que regulamentou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a ANEEL reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do período. O valor homologado no processo tarifário em junho de 2024 foi de R\$97.144 (R\$44.360 em 2023).

(3.1) **Recebimentos/Pagamentos:**

Repasse CDE Modicidade Eletrobras: refere-se a valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias em função da Desestatização nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021. Os valores aportados são vinculados ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Despacho ANEEL nº 1.239 de 23 de abril de 2024, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. O montante recebido em abril de 2024 foi de R\$6.523 (R\$2.473 em 30 de abril de 2023).

Reversão Efeito Decreto nº 10.665/2021 e DSP nº 417/2022 - Reversão Bônus Itaipu: o Financeiro de Recomposição à conta de comercialização de Itaipu, refere-se a reversão do diferimento negativo, considerado no processo tarifário de 2021, associado ao repasse realizado pela conta de comercialização de Itaipu conforme Decreto nº 10.665/2021. O cálculo deste financeiro, foi realizado conforme previsto na NT 247/2021. Esse valor pago pelos consumidores de R\$7.236 irá recompor a Conta de Comercialização de Itaipu.

9. Outros créditos

	31/03/2025	31/12/2024
Subvenção - Baixa Renda ⁽¹⁾	6.240	6.524
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	30.476	19.278
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	179	179
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	14.247	13.359
Outras ordens em curso	4.645	5.797
Adiantamentos a empregados	2.953	2.522
Adiantamentos a fornecedores	51	-
Créditos a receber de terceiros - Alienação de bens e direitos ⁽³⁾	13.246	13.840
Despesas pagas antecipadamente	5.369	5.063
Fundos patronais dos planos previdenciários	4.780	5.148
Outros ⁽⁴⁾	3.015	4.225
Total	85.201	75.935
Circulante	81.756	72.116
Não circulante	3.445	3.819

- (1) **Subvenção - Baixa Renda:** refere-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo em aberto refere-se as provisões dos meses de fevereiro e março de 2025, com estimativa de recebimento para o próximo trimestre, após revisão da ANEEL. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	31/03/2025	31/12/2024
Saldo em 31/12/2024 e 31/12/2023 - circulante	6.524	6.932
Subvenção	9.342	39.910
Ressarcimentos	(9.626)	(40.318)
Saldo em 31/03/2025 e 31/12/2024 - circulante	6.240	6.524

- (2) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário:** refere-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte Incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e Sistema de Compensação de Energia Elétrica - CCEE. Os valores são reconhecidos

Notas Explicativas

mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período – receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	31/03/2025	31/12/2024
Saldo em 31/12/2024 e 31/12/2023 – circulante	19.278	4.000
Subvenção	28.948	87.382
Ressarcimentos ^(*)	(17.750)	(72.104)
Saldo em 31/03/2025 e 31/12/2024 – circulante	30.476	19.278

^(*) A partir dos processos tarifários de 2023, passou a compor o valor do repasse de subvenção da CDE o subsídio tarifário relacionado ao desconto aplicado no faturamento da energia compensada associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE, conforme disposto no art. 27 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, respeitando a regra de transição aplicável ao faturamento de cada unidade consumidora participante do SCEE.

⁽³⁾ **Créditos a receber de terceiros – Alienação de bens e direitos:** referem-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de poste, inclui R\$858 (R\$1.106 em 31 de dezembro de 2024) de provisão para perdas e venda de sucata;

⁽⁴⁾ **Outros:** inclui R\$447 (R\$447 em 31 de dezembro de 2024) referente a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e R\$1.254 (R\$1.988 em 31 de dezembro de 2024) referente a compartilhamento de infraestrutura, conforme contrato aprovado pela ANEEL.

10. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, que detém 100% do capital total.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

	Serviços contratados (despesas)/ projetos	Compartilhamento	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (despesa)	Comissão aval e debêntures (despesa financeira)	Saldo a pagar/ receber	Saldo a pagar debêntures e aval
Energisa S/A ^(1, 2 e 5)	(5.910)	(1.015)	-	(14.099)	(4.170)	(424.280)
Multi Energisa Serviços S/A ⁽³⁾	(804)	-	-	-	(541)	-
Energisa Soluções S/A ⁽⁴⁾	(6.419)	-	-	-	(4.021)	-
Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	-	215	-	-	75	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda ⁽⁵⁾	-	(11)	-	-	(3)	-
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	-	(590)	-	-	(171)	-
Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	-	607	-	-	215	-
Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	-	1.292	-	-	463	-
Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	-	333	-	-	115	-
Energisa Sul Sudeste – Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	-	251	-	-	85	-
Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	-	172	-	-	57	-
Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	-	475	-	-	162	-

Notas Explicativas

	Serviços contratados (despesas)/ projetos	Compartilhamento	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (despesa)	Comissão aval e debêntures (despesa financeira)	Saldo a pagar/ receber	Saldo a pagar debêntures e aval
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ^(5 e 6)	-	13	(18)	-	5	-
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ^(5 e 6)	-	16	(14)	-	6	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ^(5 e 6)	-	14	(15)	-	5	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ^(5 e 6)	-	28	(31)	-	10	-
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ^(5 e 6)	-	12	(7)	-	4	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A ^(5 e 6)	-	-	-	-	-	-
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A ^(5 e 6)	-	2	(1)	-	1	-
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ^(5 e 6)	-	33	(54)	-	9	-
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ^(5 e 6)	-	41	(63)	-	15	-
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A ^(5 e 6)	-	54	(19)	-	19	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A ⁽⁵⁾	-	5	-	-	2	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A ⁽⁵⁾	-	4	-	-	2	-
Companhia de Gás do Espírito Santo – Es Gás ⁽⁵⁾	-	17	-	-	6	-
Voltz Capital S/A ⁽⁷⁾	2	-	-	-	-	-
31/03/2025	(13.131)	1.968	(222)	(14.099)	(7.650)	(424.280)
31/12/2024	-	-	-	-	(6.909)	(415.541)
31/03/2024	(13.036)	1.656	(117)	(7.523)	-	-

(1) A Companhia efetuou a 2ª, 9ª, 13ª, 15ª, 16ª e 17ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 18. Em 31 de março de 2025, o valor atualizado é de R\$424.280 (R\$415.541 em 31 de dezembro de 2024);

(2) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas:** referem-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

Serviços de informática e licenciamento de softwares: contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$36.852, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (*Business Intelligence*); (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (*Business Intelligence*); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

(3) Refere-se à prestação de serviços especializados em Call Center, firmado em 28 de março de 2022 com vencimento em 27 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 806, em 24 de março de 2022;

(4) **Contrato de prestação de serviços:** refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as

Notas Explicativas

boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02 de setembro de 2022 e vencimento em 02 de setembro de 2027;

- (5) **Contrato de compartilhamento:** em 29 de março de 2022 foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, de 25 de março de 2022;
- (6) Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto em contrato com vencimento em 2025; e
- (7) Serviços de arrecadação de valores relativos a produtos/serviços de parceiros e parcelas de dívidas na fatura de energia elétrica.

Remuneração dos administradores

	31/03/2025	31/03/2024
Remuneração anual ⁽¹⁾	5.076	5.123
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	55	84
Remuneração da Diretoria	448	439
Outros benefícios ⁽²⁾	486	259

- (1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o período de 2025 foi aprovado na AGO/E de 25 de abril de 2025. Para o exercício de 2024 foi aprovado na AGO/E de 25 de abril de 2024;
- (2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, relativas a 31 de março de 2025, foram de R\$78 e R\$3 (R\$74 e R\$3 em 31 de março de 2024), respectivamente. A remuneração média no período findo em 31 de março de 2025 foi de R\$20 (R\$17 em 31 de março de 2024).

Programa de Remuneração Variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo: (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações (*Units*), de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações (*Units*) em andamento: (i) 5º Programa, de *Performance Shares*, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do *vesting* previsto para maio de 2025; (ii) 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de *Restricted Shares (Matching)*, iniciado em dezembro de 2023 e o segundo *Performance Shares*, iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2026; e (iii) 7º Programa, que se divide em quatro, sendo três de *Restricted Shares (Matching Extraordinário e Matching Líderes)* e o segundo, *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2024 com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2027.

O 5º Programa é associado as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR)* Relativo e Fluxo de Caixa Livre, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º e 7º Programas de *Performance Shares* são associados as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR)* Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

Notas Explicativas

O 6º e 7º Programas de *Restricted Shares (Matching)* são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *Units* (ENGI11) e, após o período de *vesting*, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas *Units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *Units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *Unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *Unit*, adicionadas das *Units* extraordinárias para os beneficiários elegíveis.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	5º Programa	6º Programa Restricted Shares Matching	6º Programa Performance Shares	7º Programa Restricted Shares	7º Programa Performan ce Shares	7º Programa de Concessão de Ações Extraordiná rio 2024	7º Programa de Concessão de Ações Matching 2024 - Líderes
Método de Cálculo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão
Total de opções de ações (<i>Units</i>) outorgadas	25.052	10.920	10.920	10.071	10.071	5.181	955
Data de aprovação do Conselho de Administração	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024
Data de início <i>vesting</i>	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023	18/05/2024	09/05/2024	18/05/2024	01/06/2024
Opções de ações prescritas	7.900	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1J2025	N/A	-	N/A	DI1J2027	N/A	N/A
Taxa de juros livre de risco	12,550%	N/A	N/A	N/A	10,97%	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	34,88%	N/A	N/A	N/A	27,28%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$37,90	R\$51,75	R\$44,11	R\$46,79	R\$48,56	R\$46,79	R\$45,71
Movimentação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

(1) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE - “Índice de Energia Elétrica e seus pares” para o *Total Shareholder Return* – TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 (um) ano anterior à data de outorga do programa.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de março de 2025.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para período.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*Units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base *pro rata temporis*, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações (*Units*).

No período findo em 31 de março de 2025, foi contabilizado o valor de R\$261 (R\$95 em 31 de março de 2024) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 31 de março de 2025 é de R\$2.050 (R\$1.789 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

11. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	31/03/2025	31/12/2024
Ativo		
Prejuízo Fiscal	-	1.466
Base Negativa da contribuição social	-	668
Diferenças temporárias:		
Imposto sobre a Renda	15.704	13.932
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	5.654	5.016
Total – ativo não circulante	21.358	21.082
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto sobre a Renda	(24.803)	(35.829)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(8.929)	(12.899)
Total – passivo não circulante	(33.732)	(48.728)
Total líquido - (passivo) não circulante	(12.374)	(27.646)

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	31/03/2025		31/12/2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativos e Passivos				
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	-	-	6.276	2.134
Outras provisões (honorários e outras)	31.954	10.864	25.955	8.825
Provisão ajuste atuarial	16.350	5.559	15.564	5.292
Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa – PPECLD	9.245	3.143	9.478	3.223
Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental	2.177	740	2.181	742
Ajuste a valor presente	2.114	719	1.896	645
Contratos e prestações de serviços	979	333	649	221
Parcela do VNR – ativo financeiro indenizável da concessão	(31.325)	(10.651)	(27.501)	(9.350)
Amortização Intangível – renovação da concessão	(25.827)	(8.781)	(27.198)	(9.247)
Provisão IRPJ e CSLL sobre encargos capitalizados	(14.611)	(4.968)	(14.063)	(4.781)
Custo das transações	(14.112)	(4.798)	(14.510)	(4.933)
Marcação a Mercado – derivativo	(11.591)	(3.941)	(54.820)	(18.639)
Marcação a Mercado – dívida	(949)	(323)	(4.889)	(1.662)
Outras exclusões temporárias	(793)	(270)	(340)	(116)
Total líquido - (passivo) não circulante	(36.389)	(12.374)	(81.322)	(27.646)

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2025	2.337
2026	1.489
2027	1.635
2028	1.774
2029	1.902
2030 a 2032	6.450
Após 2032	5.771
Total	21.358

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	31/03/2025	31/03/2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	32.536	29.536
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(11.062)	(10.042)
Ajustes:		
Incentivos fiscais – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	289	317
Incentivos fiscais – Outros ⁽²⁾	460	76
Juros Selic sobre indêbitos tributários ⁽³⁾	574	-
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas etc.)	(516)	(134)
Créditos tributários constituídos no período	24	(35)
Outros	37	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(10.194)	(9.818)
Alíquota efetiva	31,33%	33,24%

⁽¹⁾ Referem-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005;

⁽²⁾ Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), doações/patrocínios culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006;

⁽³⁾ **Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indêbitos tributários:** a Companhia até o ano-calendário de 2023 optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indêbitos tributários – caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

Porém, no ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal (Ativo).

Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, em dezembro de 2024, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indêbitos tributários (relativos ao período de 2021 a 2023) caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

12. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do período como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$3.824 (R\$1.662 em 31 de março de 2024).

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Ativo financeiro valor justo	31/03/2025	31/12/2024
Saldo inicial	187.757	117.276
Adições no período/exercício ⁽¹⁾	3.917	64.582
Baixas no período/exercício	(1)	(463)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	3.824	6.362
Saldo final	195.497	187.757

Notas Explicativas

- ⁽¹⁾ Referem-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção;
- ⁽²⁾ Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

Notas Explicativas

13. Ativo contratual – infraestrutura em construção

	Saldos em 31/12/2024	Adição	Transferências			Saldos em 31/03/2025
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	79.937	63.005	(17.179)	(4.117)	(30)	121.616
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	26.389	229	(813)	(200)	-	25.605
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	53.548	62.776	(16.366)	(3.917)	(30)	96.011

	Saldos em 31/12/2023	Adição	Transferências			Saldos em 31/12/2024
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	96.389	223.115	(172.957)	(65.522)	(1.088)	79.937
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	21.684	9.716	(4.071)	(940)	-	26.389
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	74.705	213.399	(168.886)	(64.582)	(1.088)	53.548

(1) O montante de R\$16.366 (R\$168.886 em 31 de dezembro de 2024) foi transferido para o intangível - contrato de concessão, enquanto o montante negativo de R\$30 foi reclassificado para o imobilizado (R\$1.088 em 31 de dezembro de 2024, sendo R\$1.046 reclassificado para o imobilizado e R\$42 reclassificado para intangível - software);

(2) O montante de R\$3.917 (R\$64.582 em 31 de dezembro de 2024) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão.

14. Imobilizado

	Taxa média de Depreciação	Saldos em 31/12/2024	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Amortização/ Depreciação	Saldos em 31/03/2025
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Terrenos		52	-	-	-	52
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,31%	2.692	-	31	-	2.723
Máquinas e Equipamentos	12,60%	29.239	-	219	-	29.458
Veículos	14,29%	787	-	(1)	-	786
Móveis e Utensílios	6,23%	7.048	-	-	-	7.048
Total do imobilizado em serviço		39.818	-	249	-	40.067
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(417)	-	-	(21)	(438)
Máquinas e Equipamentos		(19.602)	-	-	(466)	(20.068)
Veículos		(43)	-	-	(28)	(71)
Móveis e Utensílios		(4.579)	-	-	(81)	(4.660)
Total depreciação acumulada		(24.641)	-	-	(596)	(25.237)
Subtotal Imobilizado		15.177	-	249	(596)	14.830
Imobilizado em curso		219	318	(219)	-	318
Total do Imobilizado		15.396	318	30	(596)	15.148

Notas Explicativas

	Taxa média de Depreciação	Saldos em 31/12/2023	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Amortização/ Depreciação	Saldos em 31/12/2024
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Terrenos		52	-	-	-	-	52
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,31%	2.134	-	558	-	-	2.692
Máquinas e Equipamentos	12,66%	25.383	-	3.856	-	-	29.239
Veículos	14,29%	400	-	786	(399)	-	787
Móveis e Utensílios	6,24%	6.793	-	255	-	-	7.048
Total do imobilizado em serviço		34.762	-	5.455	(399)	-	39.818
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		(347)	-	-	-	(70)	(417)
Máquinas e Equipamentos		(17.693)	-	-	-	(1.909)	(19.602)
Veículos		(174)	-	-	212	(81)	(43)
Móveis e Utensílios		(4.253)	-	-	-	(326)	(4.579)
Total depreciação acumulada		(22.467)	-	-	212	(2.386)	(24.641)
Subtotal Imobilizado		12.295	-	5.455	(187)	(2.386)	15.177
Imobilizado em curso		2.207	2.421	(4.409)	-	-	219
Total do Imobilizado		14.502	2.421	1.046	(187)	(2.386)	15.396

⁽¹⁾ O montante de R\$30 (R\$1.046 em 31 de dezembro de 2024) são transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

15. Intangível

	31/03/2025	31/12/2024
Intangível – contrato de concessão	846.113	845.675
Intangível – direito de uso	4.208	4.323
Intangível – software e outros	27.412	28.023
Total	877.733	878.021

15.1. Intangível – contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2024	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 31/03/2025
Intangível em Serviço						
Custo	4,13%	1.801.398	17.179	(1.808)	-	1.816.769
Amortização acumulada		(803.877)	-	1.540	(18.855)	(821.192)
Total Intangível		997.521	17.179	(268)	(18.855)	995.577
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,82%	316.933	813	-	-	317.746
Amortização acumulada		(165.087)	-	-	(3.195)	(168.282)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		151.846	813	-	(3.195)	149.464
Total Intangível – contrato de concessão		845.675	16.366	(268)	(15.660)	846.113

Notas Explicativas

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2023	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 31/12/2024
Intangível em Serviço						
Custo	4,19%	1.646.828	172.957	(18.387)	-	1.801.398
Amortização acumulada		(746.233)	-	12.935	(70.579)	(803.877)
Total Intangível		900.595	172.957	(5.452)	(70.579)	997.521
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,80%	312.873	4.071	(11)	-	316.933
Amortização acumulada		(152.464)	-	-	(12.623)	(165.087)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		160.409	4.071	(11)	(12.623)	151.846
Total Intangível - contrato de concessão		740.186	168.886	(5.441)	(57.956)	845.675

⁽¹⁾ O montante de R\$ 16.366 (R\$168.886 em 31 de dezembro de 2024) são transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção;

⁽²⁾ As baixas no montante de R\$268 (R\$5.441 em 31 de dezembro de 2024), foram contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais;

⁽³⁾ A Companhia reconheceu no período créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$432 (R\$1.416 em 31 de dezembro de 2024).

Obrigações vinculadas a concessão

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	88.128	87.860
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	248.693	248.693
Reserva para reversão	275	314
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	9.641	9.641
(-) Amortização acumulada	(168.282)	(165.087)
Total	178.455	181.421
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	3.386	3.186
Ativo contratual - infraestrutura em construção	25.605	26.389
Intangível - contrato de concessão	149.464	151.846
Total	178.455	181.421

⁽¹⁾ As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica, bem como, valores aplicados em Programas de Eficiência Energética - PEE e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo contratual - infraestrutura em construção;

⁽²⁾ Inclui a participação da União com recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE destinados ao Programa Luz para Todos e a participação do Governo do Estado.

15.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação da norma contábil CPC 06 (R2), são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato.

Notas Explicativas

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2024	Adição	Baixa	Amortização	Saldos em 31/03/2025
Intangível - direito de uso						
Custo	10,83%	9.084	218	(253)	-	9.049
Amortização acumulada		(4.761)	-	165	(245)	(4.841)
Total do intangível - direito de uso		4.323	218	(88)	(245)	4.208

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2023	Adição	Amortização	Saldos em 31/12/2024
Intangível - direito de uso					
Custo	10,50%	4.890	4.194	-	9.084
Amortização acumulada		(3.807)	-	(954)	(4.761)
Total do intangível - direito de uso		1.083	4.194	(954)	4.323

15.3. Intangível – software e outros

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2024	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 31/03/2025
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	55.908	-	1.593	-	57.501
Amortização acumulada		(36.889)	-	-	(1.426)	(38.315)
Em curso		9.004	815	(1.593)	-	8.226
Total do intangível - software e outros		28.023	815	-	(1.426)	27.412

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2023	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 31/12/2024
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	54.797	-	1.111	-	55.908
Amortização acumulada		(30.831)	-	-	(6.058)	(36.889)
Em curso		509	9.564	(1.069)	-	9.004
Total do intangível - software e outros		24.475	9.564	42	(6.058)	28.023

⁽¹⁾ O montante de R\$42 em 31 de dezembro de 2024 são transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

16. Fornecedores

	31/03/2025	31/12/2024
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	59.744	57.911
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	8.269	3.415
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽³⁾	7.094	6.928
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	9.477	16.608
Encargos de conexão ⁽¹⁾	1.278	1.260
Encargos de Serviços de Sistema - ESS ⁽⁴⁾	372	1.416
Materiais, serviços e outros ⁽⁵⁾	44.956	36.036
Total	131.190	123.574
Circulante	127.378	119.714
Não circulante	3.812	3.860

⁽¹⁾ **Compra de energia elétrica e encargos do uso da rede elétrica:** referem-se à aquisição de energia elétrica de geradores, custo de transmissão, uso da rede básica e do uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias;

Notas Explicativas

- (2) **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE:** a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário;
- (3) **Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS:** refere-se à aquisição de custo de uso de transmissão, com pagamentos até o dia 25 de cada mês depois da publicação do AVD ou em três parcelas sendo nos dias 15, 25 e 05 do mês seguinte;
- (4) **Encargos de Serviços de Sistema – ESS:** os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. No período findo em 31 de março de 2025, o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito foi inferior ao do período anterior, de novembro e dezembro de 2024, devido a melhora do cenário hidrológico do sistema;
- (5) **Materiais, serviços e outros:** referem-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2024	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação Mercado de Dívida	Saldos em 31/03/2025
Mensurados ao custo amortizado						
Moeda Nacional						
IPCA	127.906	(1.697)	(1.825)	3.730	-	128.114
CDI	105.916	-	(6.081)	3.374	-	103.209
(-) Custo com captação	(785)	-	-	61	-	(724)
Total ao custo amortizado	233.037	(1.697)	(7.906)	7.165	-	230.599
Mensurados ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar	405.460	(119.366)	(6.165)	(21.142)	-	258.787
Marcação a mercado	(4.306)	-	-	-	3.418	(888)
Total ao valor justo	401.154	(119.366)	(6.165)	(21.142)	3.418	257.899
Total	634.191	(121.063)	(14.071)	(13.977)	3.418	488.498
Circulante	231.206					215.378
Não circulante	402.985					273.120

	Saldos em 31/12/2023	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado de Dívida	Saldos em 31/12/2024
Mensurados ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
IPCA	70.952	58.500	(6.603)	(6.189)	11.246	-	-	127.906
CDI	196.856	-	(90.000)	(24.992)	24.052	-	-	105.916
(-) Custo com captação	(850)	-	-	-	650	(585)	-	(785)
Total ao custo amortizado	266.958	58.500	(96.603)	(31.181)	35.948	(585)	-	233.037
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	289.119	210.000	(170.851)	(13.410)	90.602	-	-	405.460
Marcação a mercado	(2.341)	-	-	-	-	-	(1.965)	(4.306)
Total ao valor justo	286.778	210.000	(170.851)	(13.410)	90.602	-	(1.965)	401.154
Total	553.736	268.500	(267.454)	(44.591)	126.550	(585)	(1.965)	634.191
Circulante	173.344							231.206
Não circulante	380.392							402.985

Notas Explicativas

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total		Encargos Financeiros (% a.a.)	Encargo Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimen to	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) (1)	Taxa efetiva de Swap (% a.a.) (6)	Garanti as (2)	Covenan ts (3)
	31/03/2025	31/12/2024								
BTG PACTUAL – BNDES 2/20	66.928	67.627	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	4,04%	-	A + R	2
1ª Nota comercial	103.209	105.916	CDI + 1.55%	-	jul/26	Anual a partir de jul/25	3,38%	-	A	NA
BNDES – 23.2.0337-1	61.186	60.279	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de juL/25	4,50%	-	FB	2
(-) Custo com captação	(724)	(785)								
Total em Moeda Nacional	230.599	233.037								
BAML – LOAN 20052022 (4)	35.088	37.849	USD + 3.98%	CDI + 1,75%	mai/25	Final	(4,57%)	3,42%	A	2
BAML – LOAN 24012023 (4)	-	125.821	USD + 5.31%	CDI + 1,40%	jan/25	Final	(4,25%)	3,34%	A	2
BAML – LOAN 18122024 (4)	117.476	128.741	USD + 5.34%	CDI + 1,58%	jan/26	Final	(4,24%)	3,38%	A	2
SCOTIABANK – LOAN 4131 – 06122024 (4)	106.223	113.049	USD + 4.52%	CDI + 1,10%	dez/27	Final	(4,44%)	3,26%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida (5)	(888)	(4.306)								
Total em Moeda Estrangeira	257.899	401.154								
Total	488.498	634.191								

- (1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 31 de março de 2025. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do *hedge cambial*, demonstrados na nota explicativa nº 28;
- (2) A = Aval Energisa S/A, FB = Fiança Bancária, R = Recebíveis;
- (3) **Condições de covenants:** o contrato possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas informações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	(2) Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

- (*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.
- O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 28). Em 31 de março de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.
- (4) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de *swap* cambial e instrumento financeiro derivativo (vide nota explicativa nº 28);
- (5) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “*hedge*” de valor justo ou pela designação como “*Fair Value Option*” (vide nota explicativa nº 28);
- (6) As taxas efetivas de *swap* representam as variações ocorridas no período findo em 31 de março de 2025 demonstradas na nota explicativa nº 28;

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2025	31/12/2024
US\$ x R\$	(7,27%)	27,90%
CDI	2,99%	10,88%
IPCA	2,80%	4,83%

Notas Explicativas

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2025
2026	57.566
2027	115.289
2028	10.120
2029	10.120
Após 2029	80.025
Total	273.120

18. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2024	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado de Dívida	Saldos em 31/03/2025
Mensuradas ao custo amortizado – pós fixado							
CDI	316.881	(26.300)	(5.532)	9.757	-	-	294.806
IPCA	439.075	-	(5.942)	14.957	-	-	448.090
(-) Custo com captação	(13.724)	-	-	465	(129)	-	(13.388)
Marcação a mercado	(583)	-	-	-	-	522	(61)
Total ao custo amortizado	741.649	(26.300)	(11.474)	25.179	(129)	522	729.447
Circulante	57.538						37.023
Não circulante	684.111						692.424

	Saldos em 31/12/2023	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado de Dívida	Saldos em 31/12/2024
Mensuradas ao custo amortizado – pós fixado								
CDI	160.884	190.000	(34.000)	(16.868)	16.865	-	-	316.881
IPCA	205.841	250.000	(34.606)	(14.222)	32.062	-	-	439.075
(-) Custo com captação	(4.142)	-	-	-	1.263	(10.845)	-	(13.724)
Marcação a mercado	1.175	-	-	-	-	-	(1.758)	(583)
Total ao custo amortizado	363.758	440.000	(68.606)	(31.090)	50.190	(10.845)	(1.758)	741.649
Circulante	74.008							57.538
Não circulante	289.750							684.111

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circul ação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de Swap na Ponta Passiva (%a.a.) ⁽³⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽²⁾
	31/03/2025	31/12/2024										
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	1.919	1.851	15/10/2017	1261 / 1261	IPCA + 5.11%	103,50% CDI	out/27	Final	4,05%	3,09%	SG	NA
Debêntures 10ª Emissão	23.810	23.534	15/09/2018	50000 / 50000	IPCA + 5.08%	-	set/25	Anual a partir de set/23	4,05%	-	A	1
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	37.401	36.244	10/06/2019	36000 / 36000	CDI + 0.83%	-	jun/26	Final	3,20%	-	A	1

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de Swap na Ponta Passiva (%a.a.) ⁽³⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽²⁾
	31/03/2025	31/12/2024										
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	5.481	5.290	11/10/2020	4010 / 4010	IPCA + 4.23%	-	out/27	Final	3,84%	-	SG	NA
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	42.402	40.906	11/10/2020	30990 / 30990	IPCA + 4.47%	-	out/30	Anual a partir de out/28	3,90%	-	SG	NA
Debêntures 14ª Emissão	60.783	62.617	22/08/2022	60.000 / 60.000	CDI + 1.60%	-	ago/27	Anual a partir de ago/26	3,39%	-	A	2
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	-	27.464	15/02/2020	26300 / 26300	CDI + 1.15%	-	fev/25	Final	3,28%	-	A	1
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	1.558	1.504	11/10/2020	1140 / 1140	IPCA + 4.23%	-	out/27	Final	3,84%	-	SG	NA
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	12.123	11.695	11/10/2020	8860 / 8860	IPCA + 4.47%	-	out/30	Anual a partir de out/28	3,90%	-	SG	NA
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	13.301	13.290	13/09/2023	12.406 / 12.406	IPCA + 6.17%	-	set/30	Final	4,31%	-	SG	NA
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	83.201	83.189	13/09/2023	77.594 / 77.594	IPCA + 6.45%	-	set/33	Anual a partir de set/31	4,38%	-	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	72.052	69.923	15/04/2024	67.350 / 67.350	IPCA + 6.16%	-	abr/31	Final	4,31%	-	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	88.512	85.849	15/04/2024	82.650 / 82.650	IPCA + 6.40%	-	abr/39	Anual a partir de set/31	4,36%	-	SG	NA
Debêntures 17ª Emissão Única	103.731	102.044	14/09/2024	100.000 / 100.000	IPCA + 6.44%	-	set/34	Final	4,37%	-	SG	NA
Debêntures 18ª Emissão Única	196.622	190.556	15/12/2024	190.000 / 190.000	CDI + 0.80%	-	dez/29	Final	3,19%	-	A	2
(-) Custo com captação	(13.388)	(13.724)										
Marcação à Mercado de Dívida	(61)	(583)										
Total	729.447	741.649										

(1) A = Aval Energisa S/A, SG = Sem Garantia;

(2) **Condições de covenants:** as debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ^(*)	(1) Menor ou igual a: 4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020	Trimestral e Anual
	(2) Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento, para as demais emissões	

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

(3) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no período findo em 31 de março de 2025 demonstradas na nota explicativa nº 28.

Notas Explicativas

Vencimentos

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2025
2026	64.767
2027	37.102
2028	16.238
2029	212.869
Após 2029	361.448
Total	692.424

19. Impostos e contribuições sociais

	31/03/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	13.549	12.704
Encargos Sociais	3.800	4.194
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.497	-
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	2.740	-
Contribuições ao PIS e à COFINS	7.567	5.537
Tributos e contribuições retidos na fonte (IRRF/PIS/COFINS/CSLL)	1.548	1.693
Imposto Sobre Serviços - ISS	402	521
Outros	3.195	3.197
Total	34.298	27.846
Circulante	33.195	26.888
Não circulante	1.103	958

20. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF, decidiu em repercussão geral (Tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021, o STF manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN emitiu o Parecer SEI nº 7.698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídicos e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021/ME reconheceu em 2021, o montante de R\$206.566, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

Notas Explicativas

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022, a Lei nº 14.385, que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei, também prevê que a ANEEL deverá promover nos processos tarifários, a destinação integral em proveito dos usuários de serviços públicos, afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado, que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes, e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB.

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, iniciados a partir de maio de 2021, após habilitação dos créditos perante a RFB.

O resumo dos impactos são como segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Saldo inicial – passivo não circulante	179.175	259.872
Atualização dos outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	4.796	17.138
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(161)	(691)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial – repasse aos consumidores	-	(97.144)
Saldo final – passivo não circulante	183.810	179.175
Circulante	49.925	33.247
Não circulante	133.885	145.928

21. Encargos setoriais

	31/03/2025	31/12/2024
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE ⁽¹⁾	817	817
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT ⁽¹⁾	380	391
Ministério de Minas e Energia – MME ⁽¹⁾	190	195
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL ⁽¹⁾	709	418
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D ⁽¹⁾	7.270	6.975
Programa de Eficiência Energética – PEE ⁽¹⁾	14.176	13.345
Total	23.542	22.141
Circulante	17.041	15.886
Não circulante	6.501	6.255

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho nº 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Notas Explicativas

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 9 – Outros créditos – Ordens de serviço em curso – PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão;

22. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos, decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental.

22.1. Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	31/03/2025	31/12/2024
Saldo em 31/12/2024 e 31/12/2023 – não circulante	-	2.178	3	2.181	2.501
Provisões e reversões líquidas	5	520	(937)	(412)	1.918
Pagamentos/restituições realizadas líquidas	(5)	(544)	939	390	(2.230)
Atualização monetária	-	18	-	18	(8)
Saldo em 31/03/2025 e 31/12/2024 – não circulante	-	2.172	5	2.177	2.181

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados registrados no ativo não circulante no montante de R\$3.777 (R\$5.194 em 31 de dezembro de 2024) e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Trabalhista

Os processos trabalhistas discutem principalmente verbas contratuais/legais, bem como ações envolvendo subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas rescisórias referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos; e (v) inscrição no Serasa.

22.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação com as perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	Ambiental	31/03/2025	31/12/2024
Saldo em 31/12/2024 e 31/12/2023	640	34.632	103.215	3.220	11	141.718	124.989
Novos processos	-	-	-	-	-	-	13.135
Mudança de prognóstico e valor do pedido	-	(1.047)	1.411	-	-	364	484
Encerramento	-	(517)	(1.902)	-	-	(2.419)	(7.369)
Atualização monetária	19	655	2.553	95	-	3.322	10.479
Saldo em 31/03/2025 e 31/12/2024	659	33.723	105.277	3.315	11	142.985	141.718

Notas Explicativas

Abaixo, apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhista

Ação judicial envolvendo discussão sobre verbas contratuais/legais.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede; (iv) indenização por danos elétricos; e (v) inscrição no Serasa.

Fiscal

As ações de natureza fiscais referem-se basicamente a discussões sobre: (i) a quebra do diferimento do ICMS nas operações de venda de energia elétrica isenta ou não tributada; e (ii) o aproveitamento de créditos de ICMS decorrentes da aquisição do ativo imobilizado.

Principal Processo:

Nº Processo	Tipo de Ação	Objeto	31/03/2025	31/12/2024
0087729-97.2016.8.13.0153	Execução Fiscal	Discussão sobre ICMS exigido em razão da quebra do diferimento.	46.913	46.383

Regulatório

Demandas envolvendo discussões sobre preceitos regulatórios.

Ambiental

Demandas envolvendo discussões sobre preceitos ambientais.

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$312.022 (R\$312.022 em 31 de dezembro de 2024), representado por 1.058.767 (1.058.767 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, todas sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 1.500 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações, bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

Notas Explicativas

24. Receita operacional

	31/03/2025			31/03/2024		
	Nº de consumidores ^(*)	MWh ^(*)	R\$	Nº de consumidores ^(*)	MWh ^(*)	R\$
Residencial	503.521	219.544	204.010	490.632	211.901	197.913
Industrial	3.899	9.250	14.799	4.012	16.351	22.172
Comercial	43.712	52.039	55.452	45.473	59.935	62.656
Rural	54.985	29565	30.197	57.717	33.072	33.955
Poder público	5.070	13.975	13.928	4.834	13.311	13.207
Iluminação pública	195	22.558	12.711	205	22.813	12.975
Serviço público	953	10.920	10.524	938	12.927	12.436
Consumo próprio	169	896	-	169	897	-
Subtotal	612.504	358.747	341.621	603.980	371.207	355.314
Suprimento de energia a concessionárias	-	13.118	5.900	-	25.315	1.722
Fornecimento não faturado líquido	-	1.269	(1.149)	-	3.563	9.509
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	322	-	54.879	196	-	44.366
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	45.387	-	-	29.015
Penalidades regulatórias	-	-	(1.239)	-	-	(1.052)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	3.824	-	-	1.662
Ativos e passivos financeiros setoriais – constituição e amortização	-	-	2.541	-	-	(68)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	38.290	-	-	28.486
Outras receitas operacionais	-	-	8.681	-	-	7.529
Total – receita operacional bruta	612.826	373.134	498.735	604.176	400.085	476.483
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	75.519	-	-	75.255
PIS	-	-	6.093	-	-	6.017
COFINS	-	-	28.064	-	-	27.716
ISS	-	-	236	-	-	262
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	1.146	-	-	1.129
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	-	-	286	-	-	282
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	44.584	-	-	44.794
Programa Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	-	-	573	-	-	565
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	-	-	573	-	-	565
Ministério de Minas e Energia – MME	-	-	286	-	-	282
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	-	-	498	-	-	461
Total – deduções da receita operacional	-	-	157.858	-	-	157.328
Total – receita operacional líquida	612.826	373.134	340.877	604.176	400.085	319.155

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

- (1) **Receita de construção da infraestrutura:** está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores, são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

25. Energia elétrica comprada para revenda

	MWh ⁽¹⁾		Valores em R\$ mil	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Energia de Itaipú – Binacional	78.667	82.489	18.154	16.221
Energia de Leilão ⁽²⁾	91.883	121.358	27.768	24.417
Energia Bilateral	132.053	138.936	58.344	61.773
Cotas de Angra	15.946	16.372	4.539	5.562

Notas Explicativas

	MWh ⁽¹⁾		Valores em R\$ mil	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Energia de curto prazo - CCEE ⁽³⁾	-	-	7.394	10.877
Cotas Garantia Física	70.738	78.304	11.864	13.433
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	7.158	7.961	5.870	4.676
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(13.013)	(12.896)
Total	396.445	445.420	120.920	124.063

⁽¹⁾ Informações não revisadas pelos auditores independentes;

⁽²⁾ Em 31 de março de 2025 inclui o valor de R\$6.002 de créditos relacionados a geração distribuída;

⁽³⁾ Inclui demais custos sendo: os efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia de leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu e Encargos de Serviços de Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva – EER.

26. Outros Resultados

	31/03/2025	31/03/2024
Outras receitas		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	722	350
Recompra de créditos cedidos ao FIDC	-	(7)
Outras	-	41
	722	384
Outras despesas		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(466)	(4.140)
Impostos sobre ganhos (PIS/COFINS/ICMS)	(652)	(688)
Outras	(457)	-
	(1.575)	(4.828)
Total	(853)	(4.444)

27. Cobertura de seguros

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância segurada (R\$ mil)	Prêmio anual	
			31/03/2025	31/12/2024
Riscos Operacionais	22/06/2025	90.000	936	934
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	33	33
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2025	90.000	264	264
Auto Frota	23/10/2025	Até 1.000/veículo	61	63
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2026	106.055	291	294
Transporte Nacional	30/07/2025	Até 5.000/viagem	5	5
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2025	100.000	18	18
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	30/06/2025	1.158/drone	12	11
Seguro de Proteção de dados e responsabilidade Cibernética	25/08/2025	50.000	62	62
			1.682	1.684

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

28.1. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Notas Explicativas

- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do período foram de R\$3.824 (R\$1.662 em 31 de março de 2024), assim como as principais premissas utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	31/03/2025		31/12/2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		31.143	31.143	24.029	24.029
Consumidores e concessionárias		198.356	198.356	191.151	191.151
Ativos financeiros setoriais		1.020	1.020	16.825	16.825
		230.519	230.519	232.005	232.005
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	268.673	268.673	427.006	427.006
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	195.497	195.497	187.757	187.757
Instrumentos financeiros derivativos	2	21.555	21.555	70.716	70.716
		485.725	485.725	685.479	685.479

PASSIVO	Nível	31/03/2025		31/12/2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		131.190	131.190	123.574	123.574
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida		960.046	960.046	974.686	974.686
Arrendamentos operacionais		4.753	4.753	4.839	4.839
Passivos financeiros setoriais		31.724	31.724	56.176	56.176
		1.127.713	1.127.713	1.159.275	1.159.275
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	9.964	9.964	15.896	15.896
Empréstimos e financiamentos	2	257.899	261.533	401.154	405.222
		267.863	271.497	417.050	421.118

28.2. Categoria dos instrumentos financeiros

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *hedge accounting*. Essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "*hedge*" de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como "*hedge*" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o "*hedge*" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi

Notas Explicativas

impactado em R\$522 (R\$284 em 31 de março de 2024) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no período para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de março de 2025, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 31 de março de 2025, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$3.418 devedor (R\$270 devedor em 31 de março de 2024) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

28.3. Gerenciamento dos riscos

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro".

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício são:

	31/03/2025	31/12/2024
Dívida ⁽¹⁾	1.217.945	1.375.840
Caixa e equivalentes de caixa	(31.143)	(24.029)
Dívida líquida	1.186.802	1.351.811
Patrimônio líquido	396.319	373.716
Índice de endividamento líquido	2,99	3,62

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e 18.

b) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

Notas Explicativas

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até o vencimento contratuais originais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		127.378	-	-	-	3.812	131.190
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	13,59%	160.873	164.383	841.837	235.855	487.522	1.890.470
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.711	(12.229)	(3.073)	-	-	(11.591)
Total		291.962	152.154	838.764	235.855	491.334	2.010.069

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas pode ocasionar uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termoeletricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

c) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a Administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras, são como segue:

	Nota	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	31.143	24.029
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	268.673	427.006
Consumidores e concessionárias	5	198.356	191.151
Ativos financeiros setoriais líquidos	8	(30.704)	(39.351)

Notas Explicativas

	Nota	31/03/2025	31/12/2024
Ativo financeiro indenizável da concessão	12	195.497	187.757
Instrumentos financeiros derivativos	28	21.555	70.716

d) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de março de 2025, excluído os efeitos dos custos com captação é de R\$1.232.057 (R\$1.390.349 em 31 de dezembro de 2024), cerca de R\$257.899 (R\$401.154 em 31 de dezembro de 2024) estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 17 e nº 18.

Para os contratos suscetíveis as variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o período findo em 31 de março de 2025 com redução de 7,27% sobre 31 de dezembro de 2024, cotado a R\$5,7422/USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de março de 2025 era de 9,24%, enquanto em 31 de dezembro de 2024 foi de 14,51%.

O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	31/03/2025	31/12/2024
Ativo circulante	18.482	31.615
Ativo não circulante	3.073	39.101
Total do ativo	21.555	70.716
Passivo circulante	9.964	15.896
Total do passivo	9.964	15.896

Os saldos apresentados acima, não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos em 31 de março de 2025, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “*hedge*”.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. Essas proteções estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 – Bank of America	6.085	USD + 4,6824%	CDI + 1,75%	22/05/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 – Bank of America	20.243	USD + 6,2824%	CDI + 1,58%	29/01/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 – Scotiabank	18.197	USD + 5,3160%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “*Notional*” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
J.P. Morgan	1.261	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge

Notas Explicativas

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia relacionados a risco com variação cambial, cujos valores foram contabilizados como *fair value option*, vigentes em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2025	31/12/2024		31/03/2025	31/12/2024
Dívida designada para "Fair Value Option"	240.000	345.000	Moeda Estrangeira - USD	(257.755)	(401.000)
Swap Cambial (Derivativo)	240.000	345.000	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD	257.755	401.000
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(246.694)	(353.199)
			Posição Líquida Swap	11.061	47.801
			Posição Líquida Dívida + Swap	(246.694)	(353.199)

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo *Fair Value Hedge*, conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2025	31/12/2024		31/03/2025	31/12/2024
Dívida (Objeto de Hedge) ⁽¹⁾	1.261	23.421	Taxa Pré-Fixada	(1.860)	(24.819)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge) ⁽¹⁾	1.261	23.421	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	1.860	31.138
			Taxa de Juros CDI	(1.330)	(24.119)
			Posição Líquida Swap	530	7.019
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.330)	(17.800)

⁽¹⁾ Os empréstimos designados formalmente como *Fair Value Hedge* são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de março de 2025 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas nas notas explicativas nº 17 e 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central.

28.4. Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2025, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Notas Explicativas

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda estrangeira	(240.000)		(216.852)	(275.504)	(334.156)
Variação da Dívida	-		23.148	(35.504)	(94.156)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros					
Derivativos	257.755	Alta USD	234.607	293.259	351.911
Variação	-		(23.148)	35.504	94.156
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros					
Derivativos - Taxa de Juros					
CDI	(246.694)		(246.694)	(246.694)	(246.694)
Subtotal	11.061		(12.087)	46.565	105.217
Total Líquido	(228.939)		(228.939)	(228.939)	(228.939)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim *Focus* divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março de 2025, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$228.939 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de março de 2025, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras trimestrais):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(1.261)		(1.261)	(1.261)	(1.261)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	1.860	Alta CDI	1.860	1.860	1.860
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(1.330)		(1.330)	(1.426)	(1.522)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(96)	(192)
Subtotal	530		530	434	338
Total Líquido	(731)		(731)	(827)	(923)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do CDI futuro do último boletim *Focus* divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de IPCA é mantida constante e a curva de CDI é recalculada.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2025 seja mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	268.673	Alta CDI	33.584	41.980	50.376
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(246.694)	Alta CDI	(30.837)	(38.546)	(46.256)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(398.015)	Alta CDI	(49.752)	(62.190)	(74.628)
	(576.143)	Alta IPCA	(16.132)	(20.165)	(24.198)
Subtotal ⁽²⁾	(1.220.852)		(96.721)	(120.901)	(145.082)
Total - (Perdas) ⁽²⁾	(952.179)		(63.137)	(78.921)	(94.706)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de março de 2026 (12,50% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2025, IPCA 2,80% ao ano;

⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$11.205.

29. Benefícios pós-emprego

29.1. Composição dos passivos de benefício pós-emprego relacionados aos planos de aposentadoria e pensão, prêmio/gratificação de aposentadoria e plano de saúde:

	Prêmio / Gratificação Aposentadoria	Plano de Saúde	Total	
			31/03/2025	31/12/2024
Total	8.046	8.042	16.088	15.564
Circulante	870	1.223	2.093	2.093
Não Circulante	7.176	6.819	13.995	13.471

29.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de contribuição variável e plano de contribuição definida.

A administração desses planos é realizada por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

a) Plano Energisa Sudeste

É um plano de contribuição variável, e o ingresso de novos participantes foi vedado quando da aprovação pela PREVIC do novo regulamento proposto pelo Conselho Deliberativo em 08 de novembro de 2019. Atualmente, somente 5 participantes permanecem inscritos na condição de assistidos e pensionistas vitalícios - Parte A na (parte BD do plano).

b) Plano Energisa CD

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício definido no âmbito do CPC 33.

No período findo em 31 de março de 2025, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$561 (R\$466 em 31 de março de 2024).

Notas Explicativas

29.3. Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício – aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

No período findo em 31 de março de 2025, as despesas com o prêmio de aposentadoria foram de R\$480 (R\$260 em 31 de março de 2024).

29.4. Plano de saúde

A Companhia mantém benefícios pós-emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

Pós-pagamento: as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecadada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

Pré-pagamento: as contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei nº 9.656/98). No período findo em 31 de março de 2025, as despesas com o plano de saúde foram de R\$1.832 (R\$1.707 em 31 de março de 2024). Inclui R\$81 (R\$199 em 31 de março de 2024) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

30. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia – reais mil ⁽¹⁾					
Vigência	2025	2026	2027	2028	Após 2028
2025 a 2054	372.410	512.300	478.825	476.247	4.936.957

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo em 31 de março de 2025, e foram homologados pela ANEEL.

Notas Explicativas

31. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	31/03/2025	31/12/2024
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de ativos	3.917	64.582
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	3.824	6.362
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	31.290	17.650
Arrendamento mercantil - IFRS 16	130	4.194
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	31.290	17.650
Intangível - IFRS 16	130	4.194

32. Lucro por ação

	31/03/2025	31/03/2024
Numerador		
Lucro líquido do período	22.342	19.718
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.059	1.059
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária em Reais - R\$⁽¹⁾	21,10	18,62

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

33. Eventos subsequentes

33.1. Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para o mês de abril de 2025 e Bandeira Amarela para o mês de maio de 2025, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Acionistas e Administradores da
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A.
Cataguases - MG
Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2025.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Antônio Carlos Brandão de Sousa
Auditores Independentes Ltda. Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2025

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 8 de maio de 2025.

Eduardo Alves Mantovani
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Rodolfo Acialdi Pinheiro
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O “S” MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 8 de maio de 2025.

Eduardo Alves Mantovani
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Rodolfo Aciardi Pinheiro
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O “S” MG